

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

SARA TEIXEIRA DA SILVA ARAÚJO

**Narrativa historiográfica dos acontecimentos da Guerra dos Cabanos nas
Províncias de Pernambuco e Alagoas entre os anos de 1832 e 1835.**

DELMIRO GOUVEIA/AL

2021

SARA TEIXEIRA DA SILVA ARAÚJO

Narrativa historiográfica dos acontecimentos da Guerra dos Cabanos nas Províncias de Pernambuco e Alagoas entre os anos de 1832 e 1835.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao programa de Graduação em Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, como requisito para a obtenção de Licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Ma. Sheyla Farias Silva.

DELMIRO GOUVEIA/AL

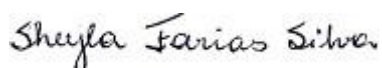
2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

SARA TEIXEIRA DA SILVA
ARAÚJO

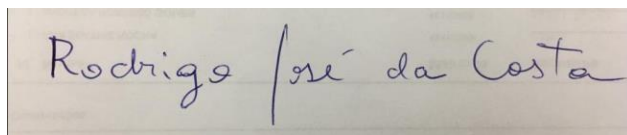
Narrativa historiográfica da Guerra dos Cabanos nas Províncias de Pernambuco e Alagoas entre os anos de 1832 e 1835.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão – Curso de Licenciatura Plena em História, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História, aprovado em 04 de novembro de 2021.



Profa. Ma. Sheyla Farias Silva - UFAL (Orientadora)

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Rodrigo José da Costa - UFAL



Prof. Me. Felipe da Silva Barbosa - SEDUC/AL

RESUMO

Este trabalho faz uma abordagem a respeito da Guerra dos Cabanos, também denominada Cabanada, ocorrida nos territórios ao norte de Alagoas e Sul de Pernambuco entre os anos 1832 e 1835, contando com a participação de senhores de engenho e moradores pobres desta região. Objetivou-se trazer à luz as várias dinâmicas, ações e mudanças ocorridas durante esse período da Cabanada, mostrando a singularidade dessa Guerra. A partir das leituras, de autores que descreveram a Cabanada, o trabalho desenvolvido, pontua características marcantes desse acontecimento, contribuindo para a historiografia. Para isso, foram utilizadas como metodologia as pesquisas exploratórias e bibliográficas, que proporcionaram o aporte teórico necessário pra a elaboração desta pesquisa científica.

Palavras-chave: Historiografia; Alagoas; Revolta; Cabanada.

ABSTRACT

This work makes an approach about the War of the Cabanos, also called Cabanada, which occurred in the territories north of Alagoas and South of Pernambuco between the years 1832 and 1835, with the participation of planters and poor residents of this region. The objective was to bring to light the various dynamics, actions and changes that took place during this period of the Cabanada, showing the uniqueness of this War. Based on the readings by authors who described the Cabanada, the work developed points out striking characteristics of this event, contributing to the historiography. For this, exploratory and bibliographic research was used as a methodology, which provided the necessary theoretical support for the preparation of this scientific research.

Keywords: Historiography; Alagoas; Revolt; Hut.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 OS PRIMEIROS ANOS DO BRASIL INDEPENDENTE ATÉ A RENÚNCIA ...	7
3 O PERÍODO REGENCIAL	11
4 A CABANADA	14
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

Ao folhearmos as laudas da historiografia brasileira, em especial, os manuais didáticos, sobre o período regencial nota-se um silenciamento acerca da existência de revoltas regenciais ocorridas no território alagoano. Contudo, ao estudarmos a História de Alagoas verificamos a existência de uma revolta regencial, bem como uma diversificada produção historiográfica sobre o tema. Desse modo, o presente trabalho apresenta as diversas abordagens acerca da Cabanada ou Guerra dos Cabanos, revolta regencial ocorrida entre 1832 e 1835, nos territórios ao norte de Alagoas e ao sul de Pernambuco.

Para a realização desse trabalho foi utilizada das pesquisas exploratórias e bibliográficas, em que a primeira consiste em uma pesquisa preliminar sobre a temática (ANDRADE, 1999), e a segunda “[...] são constituídas pela literatura originada de determinadas fontes primárias e constituem-se em fontes das pesquisas bibliográficas.” (ANDRADE, 1999, p. 41).

A Cabanada foi uma revolta relevante naquele período, uma vez que houve uma junção de interesses entre os coronéis, escravos fugidos, índios, a população mais pobre e alguns oficiais do exército, que se sentiram de alguma forma prejudicados com a abdicação de Dom Pedro I, agregando posteriormente causas como o abolicionismo.

Este trabalho valeu-se dos argumentos historiográficos dos seguintes autores: Moreno Brandão, Thomáz Espindola, Antônio Joaquim Moura, Janaína Cardoso de Mello e Dirceu Lindoso. As figuras que terão papel de destaque durante a escrita serão: Torres Galindo, Antonio Themoteo e Vicente Ferreira Tavares Coutinho. São figuras que tiveram um papel de liderança durante a Cabanada, cada um com suas habilidades e ideias, sendo pessoas que conseguiram influenciar uma população que habitava no norte de Alagoas e no sul de Pernambuco. Também ressaltar a importância dos negros papa-méis, que se fizeram voz de resistência durante a Cabanada.

Por ser uma revolta que deixou profundas marcas na sociedade alagoana, este tema foi alvo de reflexões dos autores citados acima, tanto Moura quanto Espíndola são considerados como sendo os fundadores da historiografia alagoana, sendo o primeiro a abordar o tema Moura, seguido de Espíndola, em que ambas as obras

possuem uma característica de caráter ideológico, visto que, os mesmos fizeram parte da elite alagoana. Em seguida temos Brandão, que em sua obra baseou-se tanto nas bibliografias até então existentes como no caso de Espíndola, quanto nos relatos orais acerca da história de Alagoas.

Em seguida temos Lindoso, que trouxe em sua obra contribuições no tocante a interpretações acerca da formação social e histórica de Alagoas. Por fim, temos Mello, que trouxe discussões sobre a economia local durante a guerra dos cabanos, bem como o silenciamento sobre eventos desarmônicos que proporcionaram a formação de Alagoas, como o levante dos cabanos no período regencial.

Assim, este artigo procurou sanar as seguintes inquietações: Como a historiografia explanou o cenário em que antecedeu a guerra dos cabanos? Como foram descritos os acontecimentos pré-guerra e durante a Cabanada. E finalmente a descrição de seu declínio e fim.

Este trabalho tem ainda como objetivo geral mostrar a dinâmica da Cabanada no contexto das revoltas regenciais. Para isso este artigo está assim organizado: a) A crise no Primeiro Reinado; b) uma breve contextualização do período regencial; c) A Cabanada e as explicações historiográficas, em que ressaltamos a organização, as mudanças de objetivos e de interesses dos participantes dessa Guerra durante o seu desenvolvimento.

Assim, o trabalho aqui exposto destacou as causas e consequências desse levante, tanto para os participantes da guerra, quanto para a sociedade alagoana da época, a fim de contribuir com informações mais contundentes sobre a historiografia de Alagoas.

2 OS PRIMEIROS ANOS DO BRASIL INDEPENDENTE ATÉ A RENÚNCIA

O Brasil recém-emancipado estava passando por uma crise econômica e política e Dom Pedro I estava sob pressão por todos os lados. De acordo com Dantas (2011, p. 171), “As aventuras de Pedro no Prata haviam exaurido os cofres públicos, o excessivo centralismo monárquico desgostava os próprios aliados de Pedro na província.” Essa referência se dá à guerra travada contra a Argentina – Guerra do Prata - ao qual o Brasil gastou muito e gerou insatisfações políticas e econômicas.

Malerba (1999, p. 49) reflete sobre a crise interna brasileira dizendo que “A abdicação de D. Pedro I deveu-se à aglutinação de facções heterogêneas que, em seguida ao 7 de Abril, pulverizaram-se.”

Após a emancipação política do Brasil (1822), as elites, políticas e intelectuais deste país se aglutinaram em duas correntes de visões distintas: uma moderada (defendia a predominância do poder Executivo sobre o Legislativo) e outra mais radical (defendia a predominância do poder Legislativo sobre o Executivo). Ambas estavam em conflito entre si e tinham a pretensão de alcançar lugar central no governo. O grupo mais radical, era chefiado por Joaquim Gonçalves Ledo, que ocupou cargo de procurador pelo Rio de Janeiro e o grupo mais moderado tinha como líder José Bonifácio (ocupou cargo de vice-presidente da Junta Provincial de São Paulo). Estes grupos estiveram em constante disputa, que se utilizavam da imprensa como “palanque”, assim como das sociedades secretas (maçonaria). (BASILE, 2016).

Durante o Primeiro Reinado (1822-1831), o Brasil teve: o “partido Português”, com posições conservadoras, formado por comerciantes lusos, funcionários da Coroa e militares, outro “grupo partidário” composto por fazendeiros, altos funcionários, comerciantes, e um terceiro “partido” constituído por professores, padres, pequenos comerciantes, farmacêuticos e médicos, essas eram as três facções. Em 1826, a câmara dos deputados, se mostrou contrária ao autoritarismo do Imperador, ocasionando a queda da popularidade do mesmo. (MALERBA, 1999).

Em 1822, foi invitada em assembleia a Constituição brasileira, objetivando a permanência do poder centralizado em Dom Pedro, o que era apoiado pelos moderadores (liderados por Bonifácio) e desagradava os liberais.

Após a saída de José Bonifácio do Ministério, Os Andradas (deputados, oposição liberal), reforçaram a oposição ao Imperador, intensificando os conflitos entre a Assembleia e o Imperador, resultando na eliminação da Constituinte e prisão de deputados. Assim, a Constituição de 1824 (tendo sua elaboração pelo Conselho de Estado), concentrou os poderes nas mãos do Imperador, gerando reações populares, em muitas províncias. (BASILE, 2016).

Durante a legislatura da câmara dos deputados, que teve início em 1826, os liberais mostraram contrários ao autoritarismo, até 1831, de D. Pedro I. O imperador

nomeou os membros tanto para o senado¹ como para o cargo de ministro (conservadores), que posteriormente foram processados por desvio de verbas. Havia muitos portugueses que estavam ocupando cargos, que ocasionou insatisfação na opinião pública e também na oposição. (MALERBA, 1999).

Essa predileção aos conterrâneos portugueses que D. Pedro tinha para nomeá-los relevantes no governo, preterindo aqueles que outrora o apoiaram, causou, grande insatisfação entre seus aliados, até então.

Por isso, a reabertura do Parlamento em 1826 iniciou com a fiscalização dos atos do Imperador. A Imprensa divulgava as críticas feitas ao governo, contribuindo para o descontentamento da população, e boatos surgiram de que o Imperador tinha a pretensão de realizar um “golpe absolutista”, e então a elite começou a se mobilizar. As Noites das Garrafadas (Rio de Janeiro), 11 a 16 de março de 1831, portugueses e brasileiros digladiaram-se. Vinte e três deputados e um senador cobraram punição aos portugueses, o Imperador ordenou que soltasse os brasileiros, porém não foi o suficiente para conter os ânimos. (BASILE, 2016).

Diante desse contexto de descontentamentos, o Imperador pressionado, no dia 7 de abril de 1831, abdicou do trono e seguiu para a Europa. Após a renúncia de Dom Pedro, instaurou-se a Regência Trina Provisória que “de imediato, o governo instituído reintegrou o ministério exonerado em 5 de abril, concedeu anistia aos presos políticos e determinou que fossem expulsos das tropas todos os estrangeiros que não pretendessem se naturalizar.” (LINHARES, 2016, p. 328). Essa Regência Trina Provisória, fora composta por Nicolau Pereira² (nasceu em Portugal, liberal-

¹ “A história do Senado remonta ao próprio processo de Independência do Brasil: em 25 de março de 1824, foi outorgada a primeira Constituição brasileira que vigorou até o advento da República, em 1889. Pela Constituição de 1824, os senadores eram vitalícios. Naquela ocasião, o número de senadores estava vinculado ao de deputados por província, devendo ser eleito um senador para cada dois deputados; entretanto, se uma província tivesse direito a apenas um deputado, era permitida a eleição de um senador. A partir de listas tríplexes enviadas pelas províncias, o Imperador escolhia os que deveriam compor a Câmara do Senado.” Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/institucional/documentos/sobre-o-senado/historia/o-senado-no-imperio>>. Acesso em 18 de Out. de 2021.

² Advogado, trabalhou como promotor de resíduos (1806), foi juiz ordinário e de sesmarias (1811). Após isso, ingressou na agricultura, em que exportava açúcar e café. Na política foi vereador de São Paulo (1813), deputado para as cortes gerais e extraordinárias (1822). Também fez parte da assembleia constituinte após a independência. Disponível em < <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/735-nicolau-pereira-de-campos-vergueiro>>. Acesso em 18 de Out. de 2021.

moderado), Carneiro de Campos³ (conservador e Marquês de Caravelas) e Francisco de Lima e Silva⁴ (representante da tropa ele só se tornou duque depois), ficou responsável pela convocação do Parlamento após a abdicação do Imperador. (FAZOLI, 1990).

A partir de então, os elementos migraram de lado, de acordo com seus interesses. A partir de 1834, os caramurus (conservadores que lutavam pela volta de Dom Pedro I) juntaram-se aos chimangos (centro), que posteriormente constitui na base do partido conservador, que ocasionou o revezamento de poder entre si. As agitações originaram-se, nas esferas que estavam abaixo das classes dominantes e ampliaram para as demais classes inferiores. (MALERBA, 1999).

Assim anistiados retornaram, cargos foram destituídos, e temas antes adormecidos ressurgiram, e com isso, reacendeu o fogo de debates que até então, aparentemente já estavam sem força. Tensões foram instauradas, alguns meses depois em Pernambuco, como reiterado por Dantas (2011, p. 173):

Em setembro de 1831, os soldados de primeira linha rebelaram-se, tomando as ruas do Recife, quebrando a ordem militar, saqueando o comércio da cidade, derrubando o brigadeiro Vasconcelos do comando das armas. Esse episódio, a Setembrizada de 1831, deu ao governo provincial o pretexto para desmobilizar as tropas de primeira linha e entregar o policiamento da província à Guarda Municipal, modelo empregado em várias províncias, onde as tropas de primeira linha estavam sendo também desmobilizadas.

A sociedade pernambucana influente via-se acuada diante a abdicação e de suas consequências. Muitas mudanças políticas começaram a sair do papel, e os liberais começaram a ter conquistas suntuosas, como por exemplo, as mobilizações eleitorais, que já causavam conflitos mesmo antes da renúncia de Dom Pedro I. Em meio a tantas tensões, eclodiu a Abrilada em abril de 1832, comandada por Francisco José Martins, que tinha como objetivo destituir o presidente da província

³ Baiano, formado pela universidade de Coimbra. Foi deputado na Bahia em 1823, sucedeu Bonifácio na Secretaria de Estados dos Negócios do Império e Estrangeiros. Em 1823, deixou o governo como forma de protesto contra a dissolução da Assembleia Constituinte. Em 1826 foi Senador pela Bahia, em 1831, comandou a sessão em que o Imperador apresentou a sua abdicação. Disponível em <<http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/432-jose-joaquim-carneiro-de-campos-marques-de-caravelas>>. Acesso em 18 de Out. de 2021.

⁴ Carioca, e de família tradicional no exército, esteve à frente dos combates na Confederação do Equador, foi presidente interino da província de Pernambuco (1824-25), foi governador das armas em São Paulo (28-29) e da corte nos dois anos subsequentes. Teve participação direta nos acontecimentos que culminaram na renúncia imperial. Disponível em <<http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-biografias/933-francisco-lima-e-silva>>. Acesso em 18 de Out. de 2021.

pernambucana, Francisco de Carvalho Paes de Andrade, e também o comandante das armas, como foi ratificado por Dantas (2011, p. 175):

Foi uma reação articulada entre oficiais de primeira linha e milícias, junto a proprietários rurais buscando depor o presidente da província e o comandante das armas. [...] Os militares envolvidos pretendiam evitar suas dispensas, perseguição e suspensão de soldos. Para os proprietários rurais, o objetivo do levante era evitar que seus adversários locais, que eles haviam perseguido em 1824 ou mesmo em 1817, pudessem ir à forra.

Após quase uma semana de luta, a Abrilada fora derrotada, no entanto seus principais líderes conseguiram escapar e se refugiaram junto a aliados no interior da província. A causa ganhou novos adeptos, entre eles as pessoas mais pobres que moravam em pequenas cabanas dentro das matas perto dos canaviais, os cabanos. (DANTAS, 2011)

3 O PERÍODO REGENCIAL

O Poder Moderador, através da Lei de Regência (1831) foi restringido. O Legislativo ficou responsável por nomear os ministros da Regência e tomaram a decisão de aprovar ou não as atuações dos mesmos (regime parlamentar). Bráulio Muniz (representante do Norte), Costa Carvalho (representante do Sul) e Francisco de Lima e Silva fizeram composição da Regência Trina Permanente, foram escolhidos pela Assembleia no dia 17 de junho de 1831. (FAZOLI, 1990).

O Critério adotado por essa Regência foi o Liberalismo conservador (livre-câmbio), nesse contexto, o indivíduo na condição de escravo “propriedade”, seria tratado como um “bem” de seu senhor. O Liberalismo, que fala em nome das elites, associado a moderação tinha como tarefa reprimir manifestações populares, a trina provisória concedeu poder ao padre Diogo Antônio Feijó, ministro da Justiça, e o mesmo impediu as aglomerações noturnas com mais de cinco pessoas, para que levantes não emergissem, e aprisionou adversários dos moderados. (FAZOLI, 1990). De acordo com Santos:

Figura marcante no Império, Diogo Feijó foi um dos maiores exemplos dos moderados exercendo primeiro o cargo de Ministro da Justiça e depois sendo regente. No poder, agiu muitas vezes com firmeza e violência principalmente contra os movimentos provinciais. Combateu os restauradores e os exaltados. (SANTOS, 2004, p. 27).

Vale ressaltar, que no início do período Regencial, não eram chamados de partidos os grupos políticos existentes. Denominavam-se Restauradores, grupo conservador e a favor da volta de D. Pedro I ao trono, e Federalistas (Exaltados), ligados às camadas mais populares. E os que estavam no governo denominados de Moderados (chimangos). Os Exaltados não foram bem sucedidos em suas rebeliões, foram presos, os Restauradores também foram reprimidos. (FAZOLI, 1990).

Na década de 1830, o Brasil possuía uma composição de sociedade formada por: nobres, escravos e outros que eram excluídos do direito ao voto (balconistas, pequenos comerciantes, caixeiros etc.) (FAZOLI, 1990). Os escravos compunham quase metade da sociedade, a classe dominante era formada pelos plantadores do Centro-Sul, canavieiros nordestinos e comerciantes do Rio de Janeiro. (MALERBA, 1999).

Com isso, foram surgindo várias formas de resistência às autoridades provinciais, os motins e rebeliões, agregavam os variados modelos de resistência vindos de tradições indígena, africana e europeia. Os negros eram empregados para proteção pessoal de seus senhores, a proteção da elite dependia de seus subordinados, nas disputas pelo poder local, dos quais os proprietários de escravos estavam inseridos (CARVALHO, 2009).

As rebeliões aconteceram em várias partes do Brasil, durante esse período regencial: Novembrada (1831), Abrilada (1832) e outras. A classe senhorial havia armado inclusive escravos, as matas eram locais de refúgio para os escravos fugitivos (CARVALHO, 2009). Também a Setembrada, em Pernambuco, a Cabanagem, no Pará e Amazonas, Levante dos Malês, em Salvador e outros. (FAZOLI, 1990). De acordo com Machado:

Ao contrário do que hoje se supõe os conflitos armados ocorridos durante o período regencial não eram vistos por seus contemporâneos como um corpo único. A ideia de “revoltas regenciais”, consagrada no nosso imaginário não existia e, no Parlamento, especificamente, muitos negavam que a reforma constitucional de 1834 fosse a explicação para as insurreições espalhadas pelo país. Acompanhando os debates entre deputados e senadores é possível ver esses conflitos eram compreendidos por esses parlamentares como acontecimentos de gravidades diferentes. (MACHADO, 2016, p. 283).

Além disso, nas próprias forças armadas em 1831, já havia muito conflito, uma vez que existiam vários interesses políticos divergentes dentro dos quartéis

pernambucanos, com interesses absolutistas, liberais e republicanos. Com esse cenário a abdicação de Dom Pedro I, em especial a sociedade pernambucana.

O próprio Feijó, uma vez Ministro da Justiça em dezembro de 1831, começou a se preocupar com os exaltados de Pernambuco e solicitou ao presidente da província que a mantivesse sob vigilância. Essa preocupação com os rumos de 7 de abril era compartilhada por uma parte da própria elite local. Em junho de 1831, foi fundada a Sociedade Harmonizadora filiada à Sociedade Defensora no Rio de Janeiro. [...] ficava explícito que somente a moderação, e a contenção dos excessos nativistas e federalistas, evitaria a guerra civil e a fragmentação do país. (DANTAS, 2011, p. 172-173)

No entanto, mesmo com a dedicação da Sociedade Harmonizadora para evitar tais conflitos e mesmo que uma parte da sociedade considerasse a abdicação como a consolidação da independência, todos esses esforços não foram suficientes para conter a revolta iminente. Após a renúncia de Dom Pedro em 7 de abril de 1831, no lugar instaurou-se a Regência Trina Provisória que “de imediato, o governo instituído reintegrou o ministério exonerado em 5 de abril, concedeu anistia aos presos políticos e determinou que fossem expulsos das tropas todos os estrangeiros que não pretendessem se naturalizar.” (LINHARES, 2016, p. 328).

Em setembro de 1831, os soldados de primeira linha rebelaram-se, tomando as ruas do Recife, quebrando a ordem militar, saqueando o comércio da cidade, derrubando o brigadeiro Vasconcelos do comando das armas. Esse episódio, a Setembrizada de 1831, deu ao governo provincial o pretexto para desmobilizar as tropas de primeira linha e entregar o policiamento da província à Guarda Municipal, modelo empregado em várias províncias, onde as tropas de primeira linha estavam sendo também desmobilizadas. (DANTAS, 2011, p. 173)

A sociedade influente pernambucana via-se acuada diante a abdicação e de suas consequências. Muitas mudanças políticas começaram a sair do papel, e os liberais começaram a ter conquistas suntuosas, como por exemplo, as mobilizações eleitorais, que já causavam conflitos mesmo antes da renúncia de Dom Pedro I. Em meio a tantas tensões, eclodiu a Abrilada em abril de 1832, comandada por Francisco José Martins, que tinha como objetivo destituir o presidente da província pernambucana Francisco de Carvalho Paes de Andrade e também o comandante das armas, como é ratificado por Dantas (2011, p. 175):

Foi uma reação articulada entre oficiais de primeira linha e milícias, junto a proprietários rurais buscando depor o presidente da província e o comandante das armas. [...] Os militares envolvidos pretendiam evitar suas dispensas, perseguição e suspensão de soldos. Para os proprietários rurais, o objetivo do levante era evitar que seus adversários locais, que eles haviam perseguido em 1824 ou mesmo em 1817, pudessem ir à forra.

Após quase uma semana de luta, a Abrilada fora derrotada, no entanto seus principais líderes conseguiram escapar e se refugiaram junto a aliados no interior da província. A causa ganhou novos adeptos, entre eles as pessoas mais pobres que moravam em pequenas cabanas dentro das matas perto dos canaviais, os cabanos. (DANTAS, 2011)

Os povos indígenas, faziam suas alianças com os representantes da coroa, de acordo com seus interesses, os representantes ofereciam proteção contra os proprietários rurais, que assaltavam as terras dos índios. Sociedade armada, recrutamento, que nem sempre o recrutado ao ser dispensado conseguia retornar para sua casa, pela falta de recurso, isso ocorreu nas matas do tomo real, a resistência ao recrutamento iniciou a insurreição Cabanada. (CARVALHO, 2009).

Dentre as várias formas de resistências, que houveram durante o período regencial, está a Cabanada, que será apontada a seguir, as mudanças e confrontos que ocorreram traz a memória um grupo determinado, que buscou alcançar os seus objetivos, de forma firme, resistindo, utilizando o espaço das matas.

4 A CABANADA

Após a derrota dos revoltosos da Abrilada, um de seus líderes, Francisco José Martins, buscou refúgio e apoio junto à Domingos Lourenço Torres Galindo, no agreste pernambucano. Galindo fora um capitão-mor, que possuía tropas particulares e bem abastecidas de armas e munições. Até a abdicação de Dom Pedro I, Torres Galindo servia ao governo central e comandava e derrotava os revoltosos ao Governo Regencial. Porém, após a renúncia, ele se tornou alvo do próprio governo que outrora era seu aliado, e passou a ser acuado. Dessa forma, quando Martins foi a seu refúgio, teve total apoio de Domingos, sendo fundamental para barganhar mais apoio aos revoltosos da então extinta Abrilada (DANTAS, 2011).

O ponto de apoio do Governo Regencial era em Barra Grande/AL, lá devido a Revolução Pernambucana em 1817 e a Confederação do Equador em 1824, estabeleceu-se um quartel general, e como recompensa a este apoio, concedeu-se em 1817 a emancipação da comarca de Alagoas, à separando da província de

Pernambuco. Essa ‘recompensa’ a lealdade das elites da província de Alagoas para com o Império, pode significar o início da construção da identidade local.

Sem dúvida alguma, a junta provincial colocava a região alagoana como “ponta de lança” na preservação dos interesses lusos em solo brasílico, reafirmando a confiança e fidelidade depositada pelo reino em 1817. Aliás, essa é uma data expressiva e divisora de águas para a conjuntura alagoana, onde muitos historiadores e teóricos apontam como o momento da formação e desenvolvimento da identidade local. Ou seja, época em que as características alagoanas se desgarrariam do mundo pernambucano, criando um *modus vivendi* próprio e específico, inclusive com a formação de uma estrutura política autônoma. (CAETANO, 2009, p. 2)

Em 1832, alguns proprietários uniram-se em torno da rebelião de Panellas de Miranda- PE, em forma de contra- revolução, que teve como finalidade o retorno de D. Pedro I ao trono. Após a Abdicação surgiu o partido Columna (chefiado por Gustavo Pantoja e o Coronel Martins Dourado). Torres Galindo (sargento-mor, de Pernambuco) enviado pelos chefes levantou a bandeira da revolta, em um lugar chamado Bonito-PE, após o combate, entregou-se para ser prisioneiro. Antonio Themoteo (chefiava os índios) reuniu os rebeldes e seguiu para Altinho - PE, depois teve que fugir para Panellas de Miranda, conseguiu escapar, porém Themoteo foi morto, pelas forças locais da província, em São Benedicto – PE. (ESPÍNDOLA, 1871). Lindoso aponta os espaços onde ocorreu a Cabanada:

Até então a Cabanagem se desenrolava em dois espaços geográficos paralelos: Um alto, cuja insurrecionalidade dirigiam-na Antonio Themoteo de Andrade e seu irmão, que ocupavam as matas de Panelas de Miranda e do alto rio Uma e seus afluentes, até a serra de Garanhuns, seu ponto mais extremo para o sertão, outro baixo, com o domínio dos senhores de engenho absolutistas sobre as matas do baixo Una e do Jacuípe, cujos pontos extremos para leste eram fundeadouro da Barra Grande e as matas de cajueiros da praia da Peroba. O Vale do Jacuípe, na fronteira de Alagoas, pode ser visto como o divisor entres esses espaços de lideranças popular e estamental, com a direção da guerra ainda por conta dos líderes absolutistas. Ora, essa situação se modificou, alterando as chefias paralelas da guerra, de hegemonia absolutista, desde a morte de Antônio Timóteo e das prisões e defecções dos chefes restauradores (como João Batista de Araújo, da Barra Grande). A partir do final de 1832, portanto, os dois espaços paralelos desaparecem, fundidos num espaço único cabano, representado pela liderança popular de Vicente de Paula. (LINDOSO, 1932, p. 19).

Um dos principais apoios que Galindo intermediou foi o de Antônio Timóteo, foi ele o responsável pela adesão dos índios à causa dos cabanos, e havia cerca de mil homens sob seu comando em 1832 na cidade de Panelas. Após sua morte em combate, um de seus irmãos, João, tornou-se um, dos líderes da cabanada. Vale ressaltar que Panelas e seu entorno, sempre foi um dos principais pontos de apoio

dos levantados, e sempre fora uma zona de conflitos com tomadas e retomadas por estes (DANTAS, 2011).

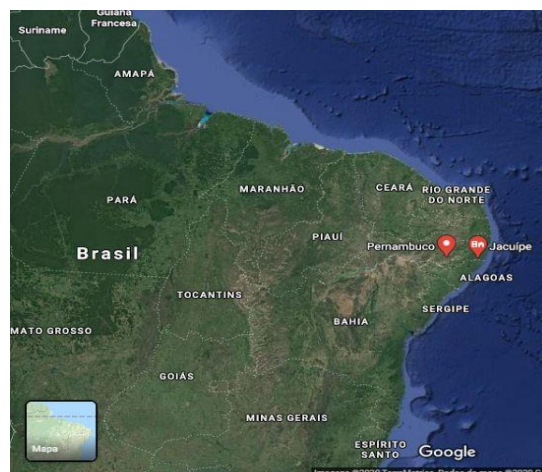
O partido Columna, promoveu manifestações reacionárias que provocaram uma guerra civil pelo nome Cabanada. Torres Galindo (sargento-mor) foi enviado à província de Pernambuco, iniciando a revolta, o presidente de Pernambuco (Francisco de Carvalho) enviou sob o comando de José Vaz do Pinho Carapeba uma força para exterminar os revoltosos. (BRANDÃO, 1909).

Mesmo assim, os cabanos tinham apoiadores por parte das elites, tanto pernambucanas quanto alagoanas, uma vez que o movimento acabou por centralizar todas as insatisfações daqueles que se sentiram de alguma forma prejudicados com a abdicação, e isso deu forma ao levante. Como afirma Dantas (2011, p. 179):

Entre aqueles que apoiavam os cabanos, por exemplo, estava ninguém menos do que o general Abreu e Lima, um filho do padre Roma, o herói de 1817, e figura de muito prestígio, entre os liberais da província. De uma certa forma, ao resistirem por tanto tempo, os cabanos terminaram catalisando a seu favor as insatisfações daqueles que se sentiram de alguma forma fulminados pelo 7 de abril. Até na Corte, apareceram vozes de apoiadores rebeldes das matas de Pernambuco e Alagoas.

Vale lembrar que os Cabanos tem essa nomeação porque habitavam em cabanas, transitavam por trilhas, que por serem quase intransitáveis, tornavam ineficaz a repressão governista (MELLO, 2010). A Cabanada, uma insurreição que se deu nos espaços que compreende norte de Alagoas e sul de Pernambuco, tem como sujeitos “os cabanos”. (LINDOSO, 1932). O mapa a seguir, traz a identificação do lugar chamado Jacuípe, onde se deu as ações dos cabanos.

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DE JACUÍPE - PERNAMBUCO



Fonte: <https://www.google.com/maps/search/Mapa+alagoas+e+Pernambuco+1832+guerra+dos+cabanos+vale+jacu%C3%ADpe/@-6.6452823,-45.8433117,3188864m/data=!3m1!1e3>.

Tanto o historiador Espíndola, como o historiador Brandão atribuíram o início da Cabanada, a partir do momento em que Torres Galindo, levanta a bandeira, ou seja, faz o sinal de início da revolta, o que ocasionou em seguida os combates, e o presidente pernambucano convocou as forças militares que estiveram lutando em defesa de sua vontade para combater a revolta, porém foi apenas o início da Cabanada, embora Torres Galindo tenha se tornado prisioneiro, o seu sucessor Antonio Themoteo continuou resistindo.

A Cabanada teve como objetivo o retorno de D. Pedro I, o comando inicialmente da revolta esteve sob as ordens de Torres Galindo, devido a prisão de tal líder, o seu sucessor Antonio Themoteo assumiu essa liderança, que posteriormente foi assassinado (em São Benedito- PE), a revolta continuou com uma nova liderança chamado Vicente Ferreira Tavares Coutinho, os líderes iniciais (Torres Galindo e Antonio Themoteo) não se encontraram mais na condição de comandar a Cabanada, mas isso não foi motivo para acabar com a revolta.

Torres Galindo era capitão-mor de Vitória de Santo Antão (Pernambuco), realizou algumas ações, armado sua clientela, das quais estavam a população livre e pobre, um dos estopins da Cabanada, estava na condição de oposição as novas autoridades, conseguindo a adesão de um homem negro e pequeno proprietário rural chamado Antonio Themoteo. (CARVALHO, 2009).

De início a revolta foi capitaneada por uma classe de Senhores de Terra como Domingos Lourenco Torres Galindo, Manuel Afonso de Melo, Antonio Themoteo, João Batista de Araújo, Alexandre Gomes de Oliveira. Esses homens com inserção na sociedade enquanto participantes da categoria de “homens bons” proclamavam o discurso de restauração do trono de D. Pedro I em clara oposição ao governo Liberal moderado instalado nas províncias e Corte. (MELLO, 2005, p. 3).

Revolta instaurada, em 1832, foi designado para comandar as tropas contra os cabanos o capitão Carapeba, este era uma figura que tinha total aval do império, inclusive tinha carta branca para requisitar os serviços de quem bem entendesse, a fim de juntar o maior número de recursos possíveis para combater os revoltosos. No entanto, isso também acabou por render mais apoiadores aos cabanos, uma vez que todo esse poder acabou por gerar mais opressão àqueles que eram forçados a servir na guerra.

A campanha de um contingente dessa magnitude pelo interior, invadindo casas, requisitando o que precisasse, recrutando, castigando e até matando quem bem quisesse, não poderia deixar de causar imensos transtornos. Isso,

ressalte-se, em localidades onde o braço estatal, até então, raramente se fizera presente a não ser para recompensar eventuais colaboradores da repressão a 1817 e 1824. [...] Como os comandantes das tropas civis que apoiavam Carapeba eram proprietários na área do conflito, a guerra tornou-se um instrumento de controle sobre a população local, sobre a posse da terra e das matas. [...] À medida que avançava o ano de 1832, a situação se agravava. Em dezembro de 1832, o governo resolveu promover o recrutamento para o Exército na área do conflito, aterrorizando ainda mais a população. (DANTAS, 2011, p. 180–182).

Eram muitos os desertores, que ao fugirem dos conflitos, muitas vezes iam se juntar à causa dos cabanos, que além de aumentar o número de revoltosos ainda aumentava o número de armas, visto que ao evadirem levavam consigo os armamentos.

O alistamento era obrigatório para todo cidadão brasileiro dispendo de renda mínima anual para ser eleitor [...] ou para ser votante – [...], sendo sadio, do sexo masculino e com idade acima de dezoito e abaixo de sessenta anos; apenas excluía-se as autoridades administrativas, judiciárias, policiais, militares e religiosas. O serviço prestado era permanente (até aquela idade limite) e não remunerado, devendo, ainda, os milicianos custear seus uniformes e a manutenção de seus equipamentos e armas, além de prestarem contribuições pecuniárias. A princípio, os oficiais eram eleitos pela tropa por quatro anos, sem qualquer critério discriminador, findo os quais, se não reeleitos, retornavam à condição subalterna anterior. (LINHARES, 2016, p. 334)

Diante do exposto, os que eram obrigados ao alistamento, eram alheios à causa cabana ou eram simpatizantes à causa, apesar de serem taxados de covardes aqueles que desertavam, eles o faziam por não haver sentido para eles entrar em guerra contra aqueles que não o causavam mal. Essa opressão, acabou por demandar mais adeptos aos revoltosos, uma vez que a população estava se vendo acuada e em perigo.

O major José Vaz do Pinho Carapeba perseguiu então Antonio Themoteo, a população reagiu atacando os soldados que estavam sob o comando de Carapeba, porém Antônio foi morto pelas forças alagoanas, com a morte do segundo líder, os revoltosos ficaram sob o comando do filho de um padre, por nome Vicente Ferreira Tavares Coutinho (Vicente de Paula). (BRANDÃO, 1909).

Vicente de Paula revelava-se um autêntico chefe da insurreição popular, formara seu estado-maior com um grupo guerrilheiro papa-mel, e eram os negros que vinham conduzindo com mais acerto e segurança contra o sistema sesmeiro escravista do império. A guerra não era mais uma luta com objetivos restauradores. Os chefes restauradores ou estavam presos, ou desertaram ou estavam mortos. (LINDOSO, 1932, p. 365).

Com a morte da segunda liderança, Antonio Themoteo, surgiu um novo objetivo para a Cabanada, tornando-se contra o “sistema sesmeiro escravista”. Como dito anteriormente, o objetivo inicial da Cabanada consistiu no retorno de D. Pedro I ao trono, porém com essa troca de liderança o objetivo foi modificado também, e então os negros que foram escravizados, tiveram na figura de Vicente de Paula um líder que foi resistência a esse sistema, onde era utilizado a mão de obra escrava para o cultivo da plantação de cana-de-açúcar, essa mercadoria era voltada para a exportação.

A mudança de liderança foi como uma chave que abriu uma porta de resistência contra o sistema vigente da época, ou seja, não se tratava mais de lutar por algo externo, mas sim, resistência ao sistema interno. Os grandes engenhos canavieiros, economia para exportação, utilizava-se da mão de obra de negros escravos, caboclos, índios, lavradores moradores e tinha como “senhores e possuidores” de terras os fazendeiros. (MELLO, 2005).

Além disso, vale ressaltar que a conjuntura política e econômica desse período também propiciava essa ‘unificação de classes’, em que as motivações pessoais desenhavam o estopim das revoltas, como é destacado por Malerba (1999, p. 48):

As convulsões sociais que eclodiram em todo o território, ainda que desconexas, têm algumas características comuns. Em primeiro lugar, os movimentos iniciavam-se geralmente nos setores imediatamente abaixo das classes dominantes e daí expandiam-se para as classes inferiores. Quando estas aderiam, sucedia-se uma reação nas lideranças que, perdendo o controle sobre as massas ou tornavam-se reacionárias ou simplesmente abandonavam o movimento.

Os cabanos por serem de diversos grupos sociais (índios, homens pobres, cativos foragidos, posseiros, proprietários rurais) a reintegração do Imperador ao trono proporcionaria um impacto diferenciado para cada grupo, os cabanos mais pobres tinham como objetivo a posse da terra. (CARVALHO, 2011).

E através dessa relação de interesses em comum entre pobres e ricos, os que já estão desfavorecidos seja pela condição de privação da liberdade, seja pela perda gradativa de suas posses de terras, ou mesmo para confrontar um sistema que em nada favorecia os mais pobres; a possibilidade de lutar por uma vida melhor e com melhores perspectivas fez com que essa parte da sociedade comungasse com seus algozes, que naquele momento, estavam acuados pela confederação e perdiam gradativamente mais espaços perante a coletividade.

A expansão feita por latifundiários, lavoura de cana de açúcar, que se aliara aos liberais conservadores, retirava do pequeno lavrador a possibilidade de plantio para a subsistência. Os escravos quando estiveram nas matas fugiram dos suplícios físicos e do intenso trabalho das plantações, os lavradores e índios, queriam ter acesso à terra, para o cultivo de alimento para a subsistência e os proprietários de terra almejavam a continuidade de privilégios. Os pobres queriam terras para seu sustento, enquanto que os lavradores também pretendiam cultivar alimentos para a subsistência, haja vista, nos engenhos a produção era para ser exportada e os donos de terras queriam que os seus privilégios se mantivessem. (MELLO, 2010).

Ou seja, houve interesses dos dois lados da moeda, mesmo que se opunham em um dado momento, de um lado tem-se a população mais pobre, os índios e os escravos fugitivos e do outro temos os senhores de engenho e elites locais que se viram postas contra a parede pelo novo momento político do Brasil; com esse cenário a unificação ocorreu e o levante aconteceu e perdurou por três anos.

Um dos motivos desse levante perdurar por tanto tempo, se deu através de suas estratégias de combate, pois havia uma movimentação dos cabanos da mata em direção ao litoral, que atuavam na defesa e também no ataque ao quartel general e guarnições. (CARVALHO, 2011). A mata correspondia a um espaço em que estavam presentes: plantação, animais, casas, sítios, roçados, trincheiras e guerrilhas (OLIVEIRA, 2015).

Nas matas incultas que se estendiam da costa do mar norte das Alagoas ao tortuoso vale do Una encontrando o rio de águas pretas que corria pelo sertão pernambucano achava-se peixes, sururus, enquanto do mangue provinham mariscos e caranguejos, além de pombos selvagens e um solo fértil para o preparo de roçados de mandioca, milharais e arrozais que sustentavam os pobres do mundo cabano. (MELLO, 2005, p. 1)

O papa-méis consistia em um batalhão de escravos fugitivos que estavam sob o comando de Vicente de Paula, as autoridades de Pernambuco e Alagoas o chamavam de ladrão de escravos. No entanto, Vicente era um homem pobre, líder de uma comunidade complexa e respeitado pela população local. (CARVALHO, 2009). Vicente de Paula um herói para a população local e um criminoso na visão das autoridades. (CARVALHO, 2011).

Durante o ataque aos engenhos, os negros na condição de escravos, foram levados, os negros conhecidos como papa-méis, que eram sujeitos que fizeram parte da resistência Cabana. Para as autoridades, Vicente de Paula era um criminoso, e

uma das justificativas seria essa captura da escravatura, entretanto, Vicente era respeitado e visto como um herói pelos cabanos. Brandão descreve a figura desse líder:

Era ele um d'esses typos truculentos e ferozes, que os sertões mal policiados do Brazil criam e desenvolvem na atmospherã da protecção criminosa que dispensam as autoridades conniventes com o seu banditismo e o povo inculto, amigo de todas as manifestações violentas da força, prestígia, propagando a fama de suas bravuras por largas extensões regionais do paiz. (BRANDÃO, 1909, p. 63).

Os negros papa-méis, também eram guarda pessoal de Vicente de Paula, ou seja, tinham a responsabilidade de mantê-lo seguro. “Vicente de Paula ao fugir, levou consigo escravos foragidos, os papa-méis, que eram sua guarda pessoal”. (CARVALHO, 2011).

Vicente estava resistindo em favor da causa dos próprios negros papa-méis. E como já foi mencionado, a mudança de liderança também trouxe mudança de objetivo para a revolta, o objetivo não era mais de acordo com o pensamento dos restauradores, mas sim, contra o “sistema sesmeiro escravista”.

O desaparecimento da primeira liderança popular paralela e a contradição surgida no seio da dominação Escravista e Sesmeira possibilitaram a reunificação e fusão dos dois campos políticos da guerra num único Campo Bélico, de comando unificado em torno da Guarda Negra Papa-mel e de Vicente de Paula. Nesse momento, do processo insurrecional a dinâmica da guerra deslocou-se, a fusão dos campos resultou na mudança da natureza da insurreição. (LINDOSO, 1932, p. 21).

Os cabanos utilizavam a estratégia de guerrilha, quando necessário alimentavam-se de insetos, levavam consigo seus mortos. As tropas imperiais e provinciais ao destruírem seus roçados, coagiram os cabanos que já estavam passando fome a se entregarem. As matas foram conquistadas em 1835, pelas tropas, a Cabanada deixou milhares de pessoas mortas (CARVALHO, 2009).

A condição social na região mudou, e as populações cabanas foram obrigadas, pela força das armas e pelo deslocamento compulsório, a aceitar a condição de pobres: os moradores e os lavradores empobrecidos permaneceram sem terras, em condições apenas de sobrevivência, os índios foram reorganizados em miseráveis aldeias militarizadas, os negros ou morreram resistindo nas matas, delas nunca saindo, ou foram capturados, vendidos ou reentregues aos antigos senhores. (LINDOSO, 1932, p. 25).

O movimento ganhou muita força, e a essa altura já inspirava preocupação tanto das autoridades pernambucanas quanto de Alagoas. Manoel Lobo de Miranda Henriques, presidente da província de Alagoas, mandou que o Alferes João Lins de

Vasconcellos fizesse um recrutamento, aos índios de Jacuípe, e não ouviram o capitão Hipólito, o prenderam juntamente com dois companheiros, e o trouxeram a Porto Calvo, e logo em seguida foi morto de forma traiçoeira. Então os índios de Jacuípe se aliaram aos índios de Panellas de Miranda, mataram três moços, penduraram sobre uma fogueira e os queimaram, incendiaram 20 engenhos e prenderam os escravos, que posteriormente ficaram conhecidos como papa-meis. (BRANDÃO, 1909).

O presidente da província enviou o alferes João Lins Vasconcelos, fazer um recrutamento em Jacuípe, os índios foram os alvos, não entraram em acordo com capitão deles por nome Hipólito, fizeram-no uma emboscada e o prenderam com mais dois companheiros, e o conduziram a Porto Calvo, Hipólito pediu garantia de vida, entretanto, foi apunhalado de forma traiçoeira, e o feitor ficou impune, pois para o sicário teria feito um ato heroico, ao matar o capitão. (ESPÍNDOLA, 1871).

Os índios de Jacuípe, logo se juntaram aos de Panellas de Miranda, e deram inícios as represálias, prenderam três jovens de família ilustre, penduraram-os em uma trave e os colocaram sobre uma fogueira, queimaram vivos, arrasaram mais de 20 engenhos, e carregaram sua escravatura, que posteriormente se tornariam os papa-meis. (ESPÍNDOLA, 1871).

Os índios de Jacuípe se aliam com os de Panellas de Miranda. Dessa confederação de aldeias resultam represálias, assassinatos, destruição de engenhos, libertação da escravatura. Os escravos libertos pelos índios viram papa-meis, isto é, guerrilheiros. (LINDOSO, 1932, p. 103).

Moura (1844) também trata refere-se à esse evento, dizendo que os cabanos surpreenderam três moços de família ilustre, os queimaram vivos, os penduraram numa trave de engenho e colocaram fogo, engenhos foram reduzidos a cinzas, e os seus escravos foram roubados, e da sua escravatura fizeram os papa usis, de cor escura e demônios com figura humana, havia na província um depósito de armas, e eram vendidas como qualquer outra mercadoria, e essas armas serviram para armar os papa-meis, as forças do governo não conseguiram acabar com as ações dos cabanos, que durou um tempo de três anos.

Além disso, os saques e incêndios contra os engenhos representavam não apenas a subversão da ordem dominante, mas a apropriação por inversão e destruição do patrimônio senhorial (MELLO, 2005, p. 4).

Os índios de Jacuípe juntamente com os índios de Pannels de Miranda, ao destruírem os engenhos, demonstravam a destruição do que o senhor tem como “símbolo de poder” que são os engenhos e as terras, onde se produzem a mercadoria, que conseqüentemente promove a riqueza e o poder desses senhores.

Objetivando persuadir os revoltosos e mediar a rendição dos mesmos, D. João da Purificação Marques Perdigão, bispo de Olinda, na companhia do cônego Domingos José da Silva, adentrou as florestas de Pannels de Miranda, Roçadinho e Riacho do Matto, que aconselhou os sediciosos, que entregassem as armas e que eles seriam perdoados pelo governo, havia quinze mil sediciosos. (BRANDÃO, 1909).

A vida do bispo nas matas é de sofrimento, privações, incômodos. Com o uso de seus elementos de sacralidade “civil” (como “palavra de Deus”, “prestígio das vestes”, “virtudes”) o bispo consegue realizar sua “missão de pastor espiritual”: convencer mais de 15.000 Cabanos a um ato de rendição. Esse ato se constitui como: deposição das armas, isto é, os Cabanos se desarmam, perdem sua agressividade insurrecional, cessam a reação configurada no modelo I (“A morte do capitão-mor dos índios de Jacuípe”). Ou seja, os cabanos só penetram no espaço da civilidade sesmeiro-escravista como homens desarmados. Esse espaço da civilidade sistêmico é descrito como o “seio da religião cristã e da sociedade”. A anistia da Regência é apenas um tópico de conclusão, como é também, a expressa pelo sintagma final que coloca o espiritual, a sacralidade sesmeiro-escravista, como superior ao império das armas. (LINDOSO, 1932, p. 106).

O Bispo D. João da Purificação Marques Perdigão, ficou horrorizado com as vidas abatidas, e entendendo sua missão de pastor espiritual, acompanhados por dois sacerdotes, embrenhou-se nas matas de Pannels de Miranda, Roçadinho, Jacuípe e outros lugares, com a palavra de Deus conseguiu que os mais de quinze mil revoltosos, entregassem as armas, com a promessa de que obteria da regência anistia, terminando assim a cabanada selvagem. (ESPÍNDOLA, 1871).

O bispo teve papel fundamental, para que a Cabanada terminasse, haja vista, o bispo conseguiu entrar em acordo com as autoridades e os cabanos, no sentido de garantir anistia aos guerrilheiros cabanos, a influência da palavra mencionada pelo bispo D. João da Purificação Marques, não de forma romantizada, depois de vários combates diretos, o mesmo torna-se uma espécie de mediador, em que negociava com as autoridades e com os cabanos, com a sua presença foi possível o desarmamento dos cabanos, ou seja, o bispo não foi visto apenas como um salvador, mas também como alguém que desenvolveu um importante papel, que levou ao fim da Cabanada.

Espíndola atribui ao crucifixo, ao báculo, às vestes e virtudes episcopais – símbolos do “seio da religião cristã” e da “civildade” – o caráter de instrumentos pacificadores de um espaço social “selvagem” (as brenhas das matas), onde os rebeldes cabanos escondiam-se após seus ataques aos engenhos e plantéis de cana. A qualificação de “pacificador”, atribuída ao referido bispo pernambucano, bem como seu “sacrifício ao adentrar as matas de Jacuípe, Panelas de Miranda e Roçadinho, “solucionando” dessa maneira um conflito armado que já durava mais de três anos, omite o despejo de violência das forças militares contra as populações cabanas. (TAVARES, 2019, p. 49).

Ainda sobre essa mediação, Moura (1844) afirma que foi necessário que o Bispo Diocesano, D. João da Purificação Marques Perdigão, viesse até os cabanos, que levantou o báculo pastoral, com o intuito do retorno a ordem por meio do evangelho, que também entrou em acordo com o presidente da província e conseguiu estabelecer a paz e o fim de tal flagelo.

Assim, com a Abdicação de D. Pedro I a favor de seu filho Pedro II, que não dispunha de idade apta para assumir o seu cargo, tem-se um espaço a ser ocupado, em plena crise política e econômica, sendo assim ocupada inicialmente por um curto período de tempo à regência trina provisória (como já foi citado acima), e logo após a Regência Trina Permanente, (sua formação se deu por indicações dos parlamentares), porém, sempre há uma disputa de poder, espaço e ideais.

A força e a dedicação desses cabanos, em que lutaram de forma firme e que propuseram aos governos da época, uma noção de seres ativos, que não se deixaram ser inertes, mas se propuseram a ser agentes, e indivíduos que não se conformaram com a situação, mas ergueram-se como indivíduos conscientes do que era necessário para si, tendo como objetivo o bem-estar dos que estavam ao seu redor, uma coletividade, em que estavam engajados, independente de repressões.

A resistência foi um dos pilares da Cabanada, assim como a persistência dos povos que participaram desse contexto, em meio à um período regencial, em que contou com a presença de líderes que conseguiram organizar indivíduos de classes menos favorecidas, que embora tenham-se aliado aos seus algozes de outrora (os senhores de engenhos), posteriormente, lutaram por suas causas essenciais para a sobrevivência dos seus, que não se acomodaram, mas que decidiram lutar, enfrentando o sistema vigente daquela época.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cabanada surgiu no contexto do período regencial, cujos os primeiros líderes eram senhores de terras, desencadeando uma disputa pelos privilégios e fazendo oposição à Regência Trina Provisória. Estes insurgentes apresentaram resistências aos atos desse novo governo, tendo como objetivo inicial o retorno de D. Pedro I ao trono.

A mudança de liderança durante a Cabanada, foi um dos aspectos que mais impactaram a continuidade da resistência, juntamente com a mudança de liderança também se teve a modificação dos objetivos, unindo-se ao objetivo inicial já mencionado, as causas dos negros fugitivos dos engenhos que buscavam a liberdade e de posse de terras.

Assim, dentre os diversos grupos que participaram da Cabanada, estiveram os negros papa-méis que tiveram destaque nesta Guerra, pois eram negros escravizados que estiveram na condição de “fugitivos”, foram a resistência durante a guerra dos cabanos, e eram eles, os negros, que também foram considerados a guarda pessoal de Vicente de Paula, uma das lideranças da Cabanada.

Destaque também para como a Cabanada (1832-1835), chegou ao fim, com a mediação e a colaboração do bispo D. João da Purificação Marques Perdigão, que conseguiu fazer as negociações necessárias para que fosse possível a cessação dos confrontos diretos, o trabalho não o considera “um salvador”, mas uma pessoa que teve um papel fundamental de mediador da paz, no período que antecede ao fim da Cabanada.

Embora a Cabanada tenha deixado um rastro de destruição, a mesma apontou a coragem e a determinação, e a não intimidação de seus integrantes, mesmo diante das repressões.

O desfecho da Cabanada mostra como pode ser dinâmico esse processo de resistência, no sentido de mudança de objetivos, que seguiram os interesses das alterações de seus líderes no decorrer da guerra, uma vez que, os líderes senhores de terras, tiveram como objetivo, restaurar o trono e conseqüentemente, garantir seus privilégios destituídos pela regência trina provisória, e por outro lado, tinham a

participação dos pobres, negros fugitivos dos engenhos em busca de sua liberdade, caboclos e índios, que buscavam a reintegração de suas terras.

O trabalho mostrou a importância e a força dessas pessoas, que embora estivessem em condições de vida diferentes, entre si, decidiram lutar por objetivos que os interessavam, de início um objetivo comum, e posteriormente, objetivos que lhes interessavam de acordo com a situação de vida que cada grupo possuía.

A dinâmica da Cabanada, as várias nuances existentes dentro de tal resistência, o papel que cada líder desempenhou, durante o tempo em que estiveram com o poder da liderança, mostrando que ao decorrer do processo, houveram agregações de objetivos e interesses à guerra dos cabanos.

O estudo não conseguiu abranger a peculiaridade de cada grupo. Uma vez que a historiografia estudada, deixa em aberto essas características, o que impediu que fosse traçado um perfil de forma mais aprofundada dos grupos que participaram da cabanada; mesmo porque, a união desses grupos de diversas condições de vida foi uma característica marcante e intrigante desse levante.

A Cabanada deixa como legado, a forma de resistência de uma junção de pessoas que não estavam satisfeitas com aquilo que fora proposto naquele momento, e não entraram em um estado de conformidade, mas decidiram ser voz de resistência, com atitudes que demonstraram coragem.

Foi possível observar ainda que foi a união dessas pessoas tão distintas entre si, seja pela condição financeira, pela condição humana (uma vez que os escravos eram considerados objetos e não pessoas) e pertencentes a realidades opostas, conseguiram conversar entre si, e mesmo que o objetivo inicial não tocasse diretamente aos desejos abolicionistas, bem como ao de direitos de terras para os mais pobres, ou ainda pela recuperação de privilégios dos coronéis envolvidos; mesmo assim, conseguiram articular-se e manter forte por muito tempo. E que ao longo da revolta, as temáticas dos mais desfavorecidos ganharam força, uma vez que estes eram a maioria no movimento.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império Brasileiro: Panorama Político. In: LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. 10.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
- BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Penedo: Artes gráficas typ. e pautação, 1909. p. 61-65.
- CAETANO, Antônio Filipe Pereira. “ALAGOAS COLONIAL”: identidade, sociedade e particularidades. In: Congresso Internacional de História. IV. 2009. Maringá, Paraná. **Anais Eletrônicos**, Maringá, Paraná. Disponível em: <https://www.academia.edu/13585212/_alagoas_colonial_identidade_sociedade_e_particularidades>. Acesso em 30 set. 2021.
- CARVALHO, Marcus J. M. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os “jacobinos”: a Cabanada, 1832-1835. In: DANTAS, Mônica (org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século**. São Paulo: Alameda, 2011.
- CARVALHO, Marcus J. M. Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. Volume II:1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 123-176.
- DANTAS, Monica Duarte. **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX / organização Monica Duarte Dantas**. - São Paulo: Alameda, 2011.
- ESPÍNDOLA, Thomáz. **Descrição Physica Politica Historica da Província das Alagoas**. Segunda edição. 1871. p. 330-335.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP. 1994.
- FAZOLI, Arnaldo Filho. **O período Regencial**. São Paulo: Ática, 1990.
- LINDOSO, Dirceu. **A Utopia Armada, Rebeliões de Pobres nas Matas do Tombo Real (1832-1850)**. Maceió: EDUFAL, 2005.
- LINHARES, Maria Yedda. **História geral do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
- MACHADO, André Roberto de A. As interpretações dos contemporâneos sobre as causas da Cabanagem e o papel do parlamento. **Revista de História**. São Paulo, n.175, p. 281-317. 2016. ISSN 0034-8309.

MALERBA, Jurandir. A consolidação da ordem: da Abdicação à supremacia conservadora (1831-1850). In: **O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil século XIX**. Maringá: Eduem, 1999.

MELLO, Janaina Cardoso de. Dívida de Sangue. Queixas orçamentárias e declínio de produtividade agrícola na guerra dos cabanos (Alagoas-Pernambuco/1832-1835). In: I COLÓQUIO DO LAHES - Laboratório de História Econômica e Social, 2005, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora, MG: UFJF, 2005.

MELLO, Janaina Cardoso. Alagoas e A Escrita de si mesma e da sua Gente no século XIX: Entres Silêncios, Cabanos, Matas e Censos Demográficos. *Crítica Histórica*, Sergipe, N° 1, junho, 2010.

MELLO, Janaina Cardoso. Matas Temoratas: resistência e medo na Guerra dos Cabanos (Alagoas-Pernambuco/1831-1850). In: Simpósio Nacional de História, 23, 2005, Londrina. ANPUH, 2005.

MOURA, Antônio Joaquim. **Opúsculo da descrição geographica**. Rio de Janeiro. Typ. De Berthe e Haring, 1844. p. 54-59.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. As guerras nas matas de Jacuípe. **CLIO**, São Paulo, julho, 2015. INSS 0102-94.

SANTOS, Sandra Costa. **Cabanagem: crise política e situação revolucionária**. 2004. 121 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

TAVARES, José Carlos Rodrigues dos Santos. **As invenções da escrita etno-histórica em Alagoas: Dirceu Lindoso – 1981/2015**. 2019. 117 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.